



## A CASA DA MULHER BAIANA: A AUDÁCIA DE UMA PERSISTÊNCIA

Silvana Oliveira Souza<sup>1</sup>

### *Introdução*

Essa comunicação parte de um trabalho maior que está em construção, no qual desenvolvo a pesquisa de mestrado intitulada “Mulher e política: A trajetória de uma feminista baiana nos redutos de poder (1929 a 1991)”, onde trata-se de um estudo biográfico acerca da trajetória criada por Amabilia Almeida, educadora baiana, ex-vereadora e ex-deputada constituinte de Salvador no cenário do poder político.

No andamento da pesquisa analisando sua formação, trajetória social e política, na intersecção entre história das mulheres e história política, uma das questões que mais se destacou foi a sua participação na criação da Casa da Mulher Baiana, entidade com uma personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, destinado a associar-se qualquer mulher com a finalidade de estudar, pesquisar, elaborar projetos, promover campanhas e prestar assistência psicológica e jurídica, denunciando todas as formas de discriminação e violência relativas á problemática da mulher. A associação era localizada na cidade de Salvador, em um bairro periférico da região e concentrou-se no final da década de 1980, quando Amabilia começava o seu mandato de Deputada Constituinte e já possuía uma larga experiência com as associações femininas que tinha vivenciado na sua trajetória pessoal e política.

Nesse contexto, o presente *paper* tem, portanto, como finalidade apresentar as reflexões iniciais sobre esta entidade, que teve contribuição na articulação e fortalecimento da luta política das mulheres soteropolitanas. Deve-se destacar que a criação de organizações femininas – destinadas a luta e conquista pela participação aos espaços do poder público e socializar politicamente as mulheres - aparece antes da década de 70, ainda durante o Estado Novo de Vargas. Foi através da Liga de Defesa Nacional<sup>2</sup> que essa ação de organização de mulheres se desenvolveu,

---

<sup>1</sup> Formada em História pela Universidade do Estado da Bahia, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinar sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG NEIM – UFBA), no qual desenvolve a pesquisa sobre a Trajetória Política de Amabilia Almeida em Salvador-Ba, é orientada pela Historiadora Dr<sup>a</sup>. Iole Macedo Vanin (UFBA) e tem o apoio para o desenvolvimento da pesquisa da FAPESB. E-mail: silvanaosouza@hotmail.com

<sup>2</sup> Associação cívico-cultural brasileira que tinha por objetivo ressaltar a importância do envolvimento dos intelectuais na causa nacionalista, como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. A liga encontra-



tendo assumido muitas formas, desde as campanhas para obter agasalhos de lã para os pracinhas que iriam enfrentar o inverno europeu, até a realização de cursos intensivos para formar enfermeiras, necessárias ao país, no esforço de guerra. As madrinhas da FEB<sup>3</sup> (como se intitulavam as ativistas da Liga de Defesa Nacional) prestaram um enorme apoio moral e material aos pracinhas, durante todo o tempo de sua permanência nos campos de batalha (CAMARGO, 1999).

Terminada a Segunda Guerra Mundial, com a vitória da democracia, o novo clima que surgia no Brasil, favorável ao restabelecimento das liberdades democráticas, permitiu que novos grupos de mulheres se incorporassem a esses movimentos contestatórios e foi nesse impulso que começaram a se construir diversas organizações femininas que se espalharam rapidamente por todo o país. Assim, o período que se seguiu foi de intensa expansão do movimento feminino organizado, através de todo o Brasil e da participação mais expressiva das mulheres no plano social e político (CAMARGO, 1999).

Em 1945 surgiu o Comitê de Mulheres pró-Democracia, na cidade do Rio de Janeiro, que tinha propostas em fazer com que a mulher participasse efetivamente da consolidação da democracia no Brasil e se esforçasse pela conquista da igualdade de direitos em todos os ramos da atividade profissional, administrativa, cultural e política. Contudo, foi à luta das donas-de-casa contra a carestia de vida e pelo constante aumento dos alimentos de primeira necessidade, que conseguiu atrair um número significativo de mulheres e conduziu a criação de um número considerável de associações e uniões femininas (D'ARAUJO, 1999).

Nesse ínterim essas novas formas de associações tinham fins e propósitos diferentes das que discutimos anteriormente que eram destinadas a dar apoio moral e material aos militares. Dessa sorte, a associação das Donas-de-casa contra a carestia desenvolveu intensa atividade junto aos órgãos públicos responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios, buscando defender os interesses das mães de família de todo o país.

Em 1946 surge o Instituto Feminino do Serviço Construtivo, sob a inspiração da líder feminina Alice Tibiriçá, que um pouco mais tarde (em 1949) tornou-se a fundadora de uma organização nacional – a Federação de Mulheres do Brasil. Nesse mesmo ano de 1946, surgia a União Feminina do Distrito Federal, que já significava um passo à frente na coordenação da

---

se em funcionamento até aos nossos dias, sendo a sua atividade pública mais destacada a promoção da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria.

<sup>3</sup> Mulheres de classe média que buscavam a ampliação dos direitos da mulher nas questões práticas de assistência e proteção aos necessitados, evidenciando o desenvolvimento e progresso, oportunidades de ação, condições de trabalho e carreiras abertas á mulher, seu papel como fator no lar e na comunidade, suas funções e responsabilidade na vida dos povos, na elevação dos ideais do mundo civilizado, na aproximação das nações e na manutenção da paz.



atividade desenvolvida por inúmeras uniões de bairro que se formavam por todo o município e que combatiam de todas as formas a carestia de vida e se manifestavam a favor da preservação da paz mundial <sup>4</sup> (TABAK, 2002).

A luta contra a carestia de vida constituiu o centro da programação levada à prática por essas organizações femininas e ela se processou através de visitas diretas às donas-de-casa, ao estabelecimento público feito nas feiras livres, à propaganda no bairro através de cartazes, conversas informais nas filas, etc. Mas outras iniciativas foram tomadas, como, por exemplo, manifestações contra o despejo de favelados e em favor da urbanização dos morros.

### *1.1- Assembléias e congressos programadas pelas organizações femininas*

Anualmente eram comemoradas pelas organizações femininas, o dia 8 de Março e o dia das Mães, elas faziam nestas datas festas e programações especiais. No dia 8 de Março do ano de 1949, se realizou a primeira Convenção Feminina do Distrito Federal, numa tentativa de impulsionar a ação das mulheres em defesa de melhores condições de vida. Nesse sentido, a Convenção buscou reunir pessoas e organizações cujas atividades estavam direta ou indiretamente ligadas às questões femininas, de modo a possibilitar um amplo estudo e debate de todas as questões de interesse da mulher. Essas questões foram centradas em três pontos: a defesa dos direitos da mulher, a proteção à infância e a defesa da paz mundial. A mais importante resolução aprovada pela Convenção foi a de criar uma entidade feminina no então Distrito Federal, que viesse a congregar as associações já existentes, sem perda da autonomia destas últimas e a quem coubesse centralizar e dirigir o movimento feminino no Rio de Janeiro. Assim, surgiu a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). (TABAK, 2002).

No ano de 1951 realizou-se o primeiro Congresso da FMB, em São Paulo. Os pontos de pauta continham: luta contra carestia, defesa da infância e defesa da paz. Teve uma participação de 231 delegadas, de 13 Estados brasileiros. Desse total, 146 eram donas-de-casa e o restante estava dividido entre operárias, funcionárias, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas (CFEMEA, 1999).

Em 1952, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a primeira Assembléia Nacional de Mulheres com a participação de mulheres de nove Estados. No ano seguinte reuniu-se em Porto

---

<sup>4</sup> Nessas organizações, o eixo da luta política deslocava-se para as questões partidárias que privilegiavam as demandas econômicas e organizavam os movimentos para fortalecerem os temas das questões gerais. Quanto às bandeiras feministas levantadas em favor das questões específicas à mulher não eram reconhecidas por esses movimentos. O reforço aos estereótipos do papel tradicional feminino, na sociedade, garantirá a ideologia de opressão denunciada por outros grupos (COSTA & SARDENBERG, 1994).



Alegria a segunda Assembléia Nacional de Mulheres, com 80 delegadas, representando 18 Estados (CFEMEA, 1999).

A Declaração dos Direitos da Mulher, adotada em Copenhague, passou a ser considerada como programa para as lutas femininas no Brasil. A data de 20 de novembro foi escolhida como Jornada de protesto contra a Carestia e o racionamento da energia elétrica. Uma resolução especial exigia o cumprimento das leis trabalhistas e sua extensão às trabalhadoras do campo, e outra, a completa igualdade de direitos civis e políticos para a mulher (CFEMEA, 1999).

Ainda na primeira metade da década de 60 algumas organizações femininas continuavam a atuar como a Liga Feminina do Estado da Guanabara. No ano de 1961 realizou-se no Rio de Janeiro o II Encontro Latino-americano de Mulheres, com a presença de representantes de diversos países do continente. (TABAK, 2002).

Foi, no entanto, a década de setenta que se constituiu um marco para o movimento de mulheres no Brasil, com suas vertentes de movimento feminista, grupos de mulheres pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira. Em 1975, comemora-se, em todo o planeta, o Ano Internacional da Mulher e realiza-se a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, instituindo-se a Década da Mulher. Em fins dos anos setenta e durante a década de oitenta, o movimento se amplia e se diversifica, adentrando partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. Com a acumulação das discussões e das lutas, o Estado Brasileiro e os governos federal e estaduais reconhecem a especificidade da condição feminina, acolhendo propostas do movimento na Constituição Federal e na elaboração de políticas públicas voltadas para o enfrentamento e superação das privações, discriminações e opressões vivenciadas pelas mulheres. Como exemplo, destaca-se a criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher, das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, de programas específicos de Saúde integral e de prevenção e atendimento às vítimas de Violência Sexual e Doméstica (PINTO, 1992).

Nos anos oitenta, amplia-se o movimento social de mulheres e surgem inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) em muitos Estados. Além de uma diversidade e pluralidade de projetos, estratégias, temáticas e formas organizacionais, constata-se a profissionalização/especialização dessas ONGs. É nesse contexto de ampliação dos movimentos de mulheres em várias cidades que em fins dos anos 80 nasce a “Casa da Mulher Baiana” em Salvador, no Estado da Bahia.



### *1.2- A Casa da Mulher Baiana – espaço político feminino*

Durante a trajetória política de Amabilia, uma das bandeiras que levantava era em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, pois acreditava que só através da sua emancipação que a mulher elevava o nível de conscientização e participação política. Nesse sentido, se fez necessário a audácia e persistência em uma atividade mais expressiva em uma atuação de uma organização que consistisse na denúncia das diferentes formas de discriminações que a mulher ainda sofre, em muitos setores da vida.

Aos 20 de setembro de 1986, às 21 h no Salão do Clube de Engenharia da Bahia, foi realizada a solenidade de fundação e posse da diretoria da Associação feminina, “Casa da Mulher Baiana”. O depoimento de Amabilia Almeida nos revela bem esse cenário:

Nós já tínhamos experiência de outras ONG, movimento de mulheres. E dentro daquele espírito que sempre norteou o meu trabalho eu achava que as mulheres deveriam ter o seu espaço, um lugar onde elas pudessem desenvolver concretamente suas idéias, obter mais conhecimento e assim que eu assumi o mandato, me articulei com todas as mulheres que tinham ajudado na minha campanha, mulheres de outras lutas, então nós nos juntamos para a tão sonhada implantação da ONG, entidade que tivesse esse objetivo de levar mais adiante a luta em defesa dos direitos das mulheres. O primeiro passo foi a criação da Casa da Mulher Baiana. Essa entidade foi constituída legalmente com estatuto registrado e participou de algumas lutas. Conseguimos trazer a socióloga cubana, a Marta Hernandez, ela trabalhava na época com a questão da habitação em Cuba, e como aqui em Salvador a gente sempre teve esse problema achamos interessante trazê-la para nos orientar em relação a esse trabalho, para que nós pudéssemos desenvolver o mesmo projeto aqui. Então ela aceita o convite e vem e fica um tempo conosco... Ela dá palestras, participa de seminários, visitas alguns bairros periféricos da nossa cidade.<sup>5</sup>

O depoimento de Amabilia nos revela a preocupação com o desenvolvimento das mulheres e a necessidade de se ter um espaço onde pudessem articular essas idéias em torno de um movimento coletivo e capaz de subsidiar as várias especificidades das mulheres que a população de Salvador comportava.

A partir de então estava surgindo uma entidade com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sem número fixo de sócias, que seria regido pelas disposições de um estatuto e normas regimentais. A associação baiana tinha por finalidade estudar, pesquisar, elaborar projetos relativos às questões voltadas para a luta da mulher na cidade de Salvador. Sendo assim, a Casa da Mulher Baiana prestava assistência jurídica e psicológica, com profissionais que tinham especialidade nas respectivas áreas e davam suporte a instituição feminina<sup>6</sup>. Segue trecho do documento:

<sup>5</sup> Amabilia Almeida. Ex-deputada Constituinte de Salvador (1986-1989). Concedido em 18 de maio de 2010.

<sup>6</sup> ATA da fundação da posse da diretoria da instituição do dia 20/09/1986. Guia n. 127004, Série C – Cartório Santos Silva, sessão do microfilme, sob n. 2077.



A casa da Mulher Baiana tem por finalidade prestar às mulheres assistência jurídica, psicológica, bem como fornecer orientação sobre planejamento familiar, direitos trabalhistas e previdenciários, mercado de trabalho e capacitação profissional.<sup>7</sup>

A associação funcionava dentro de um espaço acolhedor, com escuta qualificada, orientação e encaminhamento dos casos, além de contar com um serviço público e gratuito com atendimento psicológico, jurídico e social, contribuindo para que as mulheres vivenciassem um processo de auto-descoberta, autoconhecimento e fortalecimento da auto-estima<sup>8</sup>, condição indispensável para se tornarem sujeitos de transformação de sua história. Nesse sentido, a Casa da Mulher Baiana denunciava todas as formas de discriminação e violência que sofriam as mulheres na sociedade, através da promoção de campanhas públicas que trabalhem com a perspectiva do respeito à mulher, de encontros realizados na Assembléia Legislativa e participação de audiências com órgãos competentes para apresentação de suas propostas de trabalho, conforme consta no estatuto da entidade<sup>9</sup>.

A Casa da Mulher Baiana surge da necessidade de as mulheres ocuparem seu papel protagônico na luta contra o racismo, o sexismo e a opressão masculina<sup>10</sup>. A entidade, no início, realizou intervenções através de reivindicações populares desenvolvidas de maneira organizada, chamando a atenção para a história da luta das mulheres na sociedade brasileira. Promovia seminários sobre “os Direitos Específicos da Mulher” no Centro de Estudos da OAB, no qual participavam vários setores da sociedade, tais como: Conselho e Associações de Moradores, Sindicatos e Associações profissionais, Clubes de Mães, Partidos Políticos com Comissões ou departamentos femininos, no qual a iniciativa tinha o objetivo de discutir os direitos da mulher assegurados nas Constituição Federal e Estadual, no qual trazia nestes debates a necessidade de leis complementares ou originárias e as conquistas que precisavam ser concretizadas. As palestras, Conferências, Seminários e os painéis eram ministrados por expositoras como: Ana Montenegro<sup>11</sup>, Amabilia Almeida<sup>12</sup>, Lídice da Mata<sup>13</sup> e representantes da Comissão da Mulher Advogada da OAB

<sup>7</sup> Estatuto da Casa da Mulher Baiana. Capítulo II, Da finalidade. Art. 2, parágrafo V. Cartório Santos Silva, seção de Microfilmado.

<sup>8</sup> Isto era feito através de Comissões de trabalho realizado pelos membros da casa, aberto a participação da população, no qual as sócias ministravam cursos, debates e simpósios para o esclarecimento das mulheres nas comunidades mais carentes.

<sup>9</sup> Estatuto da Casa da Mulher Baiana. Capítulo II, artigo n. 2 – Cartório Santos Silva, 2. Ofício de Salvador, set. 1986.

<sup>10</sup> Essa afirmação consta no contexto do Estatuto da Casa da Mulher Baiana no Capítulo II – Da Finalidade da Casa, Art. 2, parágrafo III.

<sup>11</sup> Cearense ingressou nas fileiras comunistas em 1945, teve sua ficha assinada por Carlos Marighella. Teve participação ativa na Comissão Feminina de Intercâmbio e Amizade, da Liga de Defesa Nacional Contra o Fascismo, na Federação de Mulheres do Brasil e na Comissão da América Latina pela Federação Democrática Internacional das Mulheres.

<sup>12</sup> Educadora baiana, nascida em 1929 em Jacobina, filiou-se ao extinto MDB, era membro do diretório do PMDB MULHER, na década de 80 tornou Vereadora e Deputada Constituinte de Salvador.



<sup>14</sup>.A partir da análise feita pelas componentes do grupo na época, é estabelecida a missão do grupo naquele momento histórico da necessidade de uma tomada de consciência da importância das mulheres ocuparem um espaço político com questões específicas chamando atenção para a preocupação com a atuação das Associações de Mulheres em relação às dificuldades que elas iriam encontrar para desenvolverem os trabalhos dentro da organização. As sócias não aceitavam a visão tradicional que traziam em seu discurso as Associações como meros instrumentos assistencialistas, as mulheres queriam que olhassem essa entidade como mecanismo de politização e organização coletiva onde os problemas são discutidos e encaminhados aos poderes públicos. Nesse sentido, segundo a presidente da Casa, “é preciso que saibamos aqui reunidas assumirmos o compromisso de fazer política que se refira a nossa condição de vida e que não rechace nenhuma de nós” <sup>15</sup>. Para Soares (1994), os movimentos de mulheres se especificam em relação à outros movimentos ao proporem uma nova articulação entre a política e a vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera pública. Ou seja, a mulher ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também se torna visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos.

Segundo as fontes orais e escritas levantadas, a Casa da Mulher Baiana teve uma história curta, mas que enquanto estava em vigor e pleno funcionamento teve uma participação intensa em prol do movimento de mulheres. Infelizmente não teve uma vida longa, a instituição sobreviveu até o final da década de 80, precisamente em fins de 1989 a associação foi extinta e o acervo de documentação da entidade como estava disposto no estatuto da mesma, foi destinado a uma instituição afim, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. Há depoimentos<sup>16</sup> que discutem o fim da instituição, no qual pode ser constatado que a sua não longevidade tenha sido em vista em função da má direção, como argumenta Amabilia:

Acho que escolhemos mal a direção. A mesa diretoria era acadêmica e logo se desinteressou pela causa e eu na época estava atribulada demais com o mandato e não podia continuar essa luta sozinha, então a Casa da Mulher se desfez no tempo, mas enquanto viveu teve uma participação efetiva e muito intensa levantando bandeiras em prol dos direitos das mulheres baianas <sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> Formada pela UFBA em Economia. Foi vereadora de Salvador na década de 80, elegeu-se a primeira prefeita de Salvador e atualmente é Deputada Federal do PSB.

<sup>14</sup> Estado da Bahia, Assembléia Legislativa – Setor de pesquisa, Diários dos parlamentares. Deputada Amabilia Almeida, 11/10/1989.

<sup>15</sup> Ana Maria Andrade. Discurso na Ata da Posse da diretoria da Casa da Mulher Baiana em 20 de Set. de 1986.

<sup>16</sup> Os depoimentos ao qual a autora se refere são de Amabilia Almeida (já citado) e o de Maria Helena Souza, Ex-superintendente de Políticas para Mulheres do Município de Salvador que assessorava Amabilia na época do seu mandato de Vereadora e acompanhou na ALBA a sua atuação.

<sup>17</sup> Amabilia Almeida, Op. Cit.



O depoimento de Ambilia nos revela um lado da história, o outro ainda está pra se contar, pois não encontramos depoentes da mesa diretoria, por mais que tentássemos entrar em contato não tivemos sucesso, mas fica claro para nós que havia aí uma luta de interesses de grupos internos da entidade. O certo é que a organização dessas mulheres buscou durante quase quatro anos de existência dar visibilidade social às pautas feministas e articular movimentos de mulheres de diferentes naturezas em torno de uma plataforma de luta comum. De acordo com depoimentos, conversas informais com pessoas que acompanharam a trajetória da instituição e o levantamento de documentos (Atas, Estatuto, Nota em Jornal, Registro em Cartório), os debates e articulações em torno dos temas eram ricos justamente por colocar em um mesmo espaço a perspectiva que mulheres de diferentes setores – estudantil, rural, sindical, do movimento negro, etc, segmentos que participavam das discussões nas atividades realizadas na Casa da Mulher – têm sobre esses temas, como consta no Estatuto da entidade, no capítulo II, no parágrafo da finalidade, artigo 2, cláusula VII e no Extrato de Estatuto em Diário Oficial, datado de 10 de setembro de 1987, ao qual se teve acesso aos registros.

### *Considerações finais*

A partir dos dados e fontes analisadas e discutidas no trabalho, entendemos que a transformação social é o espaço histórico da confluência e de tensão dos vários sujeitos políticos. A construção de espaços específicos de afluência em determinados contextos e conjunturas devem ser criados como meio de produzir a ação coletiva e o fortalecimento da luta contra os sistemas de poder que produzem as desigualdades e explorações. Dessa sorte, a Casa da Mulher Baiana tinha esse papel conscientizador na luta das mulheres soteropolitanas ao buscarem fortalecer e se articular politicamente através desse coletivo de discussão e circulação de idéias reivindicatórias em prol de seus direitos civis e políticos.

O processo de transformação social contemporâneo traz como uma de suas contribuições mais importante para a vida democrática o reconhecimento da diversidade de organizações políticas e a imensa capacidade de reinventar a ação política e social contidas em suas práticas. É a partir desse reconhecimento e dessa reinvenção que devem ser repensados os conceitos de novas e velhas organizações políticas.

### *BIBLIOGRAFIA*



- ARENDDT, Hannah. **A condição humana** (1958). 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- CAMARGO, A. Carisma e personalidade política. *In*: D'ARAÚJO, M. C. de. (Org.) **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Eduerj, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CEFEMEA – **Participação Política da Mulher**: Projeto ANO VI, março, 1999.
- COSTA, Albertina de Oliveira. **Prismas sobre o feminino**. *In*: Natureza, História e Cultura – Repensando o Social. Porto Alegre: Editora da Universidade, PPGS/IFCH/UFRGS, Vol. 4, N° Especial, 1993.
- D'ARAÚJO, M. C. de. **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Eduerj, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HALL, Stuart. **A questão da Identidade Cultural**. Trad. Guacira L. Louro e Tomaz T. da Silva. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1996.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. **Iguais mas não idênticos**. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, Vol. 2, N° 3, 1994.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. *Revista Lua Nova*. São Paulo: CEDEC/SP, n° 17, jun. 1989.
- PINTO, Celi. **Movimentos Sociais**: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: Uma Questão de Gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
- PINTO, Celi. **Participação (representação?) política da mulher no Brasil**: limites e perspectivas. *In*: Mulher Brasileira é Assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes,
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol.6, N° 2, jul/dez 1990.
- SOARES, Vera. **Movimento Feminista**. Paradigmas e Desafios. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, N° Especial, 2° Sem. 1994.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.